

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MACUMBA CEARENSE: PERSEGUIÇÃO E RESISTÊNCIA

Linconly Jesus Alencar Pereira

Possui graduação em Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú (2002) e licenciatura em Física na Universidade Federal do Ceará (2006). Este artigo fez parte da pesquisa de mestrado intitulada “Umbanda em Fortaleza: análise dos significados presentes nos pontos cantados e riscados nos rituais religiosos”, desenvolvida entre os anos de 2010 a 2012, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará.
E-mail: linconly27@yahoo.com.br

Maria Zelma de Araújo Madeira

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1991), mestrado em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Ceará (1998) e Doutorado em Sociologia pela UFC com linha de Pesquisa Pensamento social, imaginário, e religião. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão social. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Relações Etnico-raciais : cultura e sociedade da UECE. Tem experiência na área de Sociologia, Serviço Social, com ênfase em Relações de Gênero, Etnico-raciais e Família, atuando principalmente nos seguintes temas: Família, Gênero, Política sociais, Política de Assistência Social, Sociologia, relações etno-raciais, cultura e religião de matriz africana.

Introdução

A história de Fortaleza possui radicais incrustados na própria história do Ceará, como gênese de expansão social ou como casulo de formação política. Segundo Garcia (2009), a Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção é onde a história de Fortaleza começou; o próprio nome da cidade é uma referência a essa antiga fortificação. O forte foi construído pelo capitão holandês Matias Beck em 1649 e foi batiza-

do Forte Schoonenborch. Os holandeses invadiram Olinda e Recife em 1630 e expandiram seus domínios até Fortaleza — passando por áreas onde hoje se encontram João Pessoa e Natal — como forma de consolidar seu domínio no Nordeste do Brasil. Em 1654, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco e do Brasil, os portugueses retomaram a área e rebatizaram o lugar para Fortaleza da Nossa Senhora de Assunção.

Durante o século XIX, Fortaleza consolidou a liderança urbana no Ceará, fortalecida pelo surgimento da cultura do algodão, consequentemente fazendo aumentar as navegações diretas com a Europa e criando-se em 1812 a Alfândega de Fortaleza. Nesse mesmo ano, Antônio José da Silva Paulet reconstruiu a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção no local do restante do Forte de Nossa Senhora da Assunção, planejando também o Passeio Público em 1820 (GARCIA, 2009).

Entre os anos de 1846 e 1877, a cidade passou por um período de enriquecimento e melhoria das condições urbanísticas com a exportação do algodão, sendo executadas diversas obras, tais como a criação do Liceu do Ceará e o Farol do Mucuripe em 1845, Santa Casa de Misericórdia em 1861, Seminário da Prainha em 1864, sistema de abastecimento de água em 1866, Biblioteca Pública em 1867 e a Cadeia Pública em 1870. Alguns anos depois, teve início a construção da Estrada de Ferro de Baturité do Porto de Fortaleza. Nas décadas de 1870 e 1880, houve movimentos abolicionistas e republicanos que culminaram na libertação dos escravos no Ceará, em 25 de março de 1884 (GARCIA, 2009).

Segundo Teófilo (1980), o Ceará sofreu com a grande seca de 1877, foi uma verdadeira catástrofe. A providência tomada seria espalhar os retirantes ao longo da Estrada de Ferro de Baturité, onde construíram suas choupanas umas longe das outras e o governo os mandaria alimentar. Para que não ficassem inativos, seriam empregados em serviços na vizinhança de suas moradias. Aqueles que chegassem à capital eram levados ao Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro abarracamento, o qual tomou o nome de “campo de concentração”. O retirante perdeu o seu antigo e expressivo nome começou a chamar-se “flagelado”.

Uma coisa que muito deveria interessar à saúde daquela população era o local onde depositavam as matérias fecais. Fui vê-lo. Ficava à sotavento do abarracamento, no fundo do cercado, ao poente, a pequena área coberta por pequenos arbustos, onde os famintos, numa promiscuidade de bestas, defecavam, ficando as feses expostas às moscas. Aquele atentado à saúde não podia deixar de ter consequências desastrosas. (TEÓFILO, 1890, p. 60)

De acordo com o relato já citado, a higienização da cidade era fundamental. Segundo Santos (2009), tornava-se imprescindível manter o controle sobre a população negra, agora livre, que não parava de crescer com as levas vindas de migrantes de outras localidades do interior do Estado. Percebe-se nesse momento uma intensificação do discurso pela segurança pública, visando a manter “a ordem e a civilização”. Empurrando a população negra e ociosa por falta de oportunidades de trabalho, educação e políticas públicas para os áreas,

como eram chamados os bairros periféricos da época, Pirambu e Arraial Moura Brasil. Ali, no local do confinamento, vigiados por soldados, os retirantes podiam fazer tudo, contanto que não saíssem de lá. O governo fornecia alguma alimentação, água e prometia soluções que nunca chegavam. A preocupação demonstrada pelo poder público tinha bases concretas: em 1877, uma leva de cerca de 110 mil sertanejos invadiu a capital e a transformou num caos inadministrável (GARCIA, 2009, p. 60).

Promoveram invasões, saques, atemorizaram a população urbana, desestruturaram os serviços públicos básicos pelo inesperado aumento da demanda, destruíram e ocuparam áreas urbanizadas de forma inadequada. Não se sabe ao certo até quando o governo manteve vigilância ou assistência sobre o campo de concentração, mas, nos anos 1940, o lugar, ainda chamado de “curral”, já era uma conhecida zona de prostituição e considerado um local bastante perigoso para os que se aventuravam a sair nas ruas sem conhecerem bem sua rotina.

Garcia (2009) nos mostra que em 1945 os dois bairros considerados mais pobres da cidade eram o Arraial Moura Brasil, espremido entre o centro comercial e a praia, e o Pirambu, localizado na praia e a noroeste do Centro. O Pirambu era considerado um prolongamento do Arraial Moura Brasil, tanto territorial quanto nos problemas que apresentavam.

Considero de importância vital contextualizar a história desses bairros, haja vista ser a maior concentração de miseráveis e invisíveis perante a sociedade da época. Com isso, considero ter suporte para montar as “peças do quebra-cabeça”

que nega a existência dos afro-cearenses, sua cultura e religião como discurso ideológico. Outro fator relevante é o suporte teórico que as reportagens do jornal O Povo dão a essa investigação acadêmica, já que, das 18 reportagens encontradas no período de 1934 a 1954, oito evidências foram encontradas nesses bairros relatando a prisão de adeptos e fechamento dos terreiros. Sete reportagens tratam de perseguições a casas situadas no Centro de Fortaleza, duas a respeito de despachos¹ realizadas nas imediações do Centro da cidade e uma relata casos de assombrações em Assaré, no interior do Estado.

Por ser um grande jornal de circulação na cidade de Fortaleza, sua campanha contra as práticas culturais e religiosas afro-cearenses, em especial contra a Macumba² ou “Baixo Espiritismo”, a despeito das intenções da redação dos periódicos, muito contribuiu para a construção da ideia de inexistência da população negra no Ceará, tendo em vista que os terreiros foram e são até hoje organizações de luta e resistência.

As notícias aqui trabalhadas possibilitam leituras e considerações diversas. Neste estudo, elas são focalizadas de diferentes maneiras. Primeiro é feita uma leitura de caráter mais textual, atentando para o conteúdo da narrativa, onde incide o questionamento a respeito do que está sendo

¹ Despacho — Designação popular feita para oferendas colocadas em vias públicas por adeptos. Essas oferendas eram constantemente identificadas como feitiçaria e foram atacadas pelos jornais sob o pretexto de atentarem contra a limpeza pública e também por conterem sacrifícios de animais.

² Macumba — O termo macumba, tendo indicado anteriormente um instrumento musical de origem africana utilizado nos terreiros afro-brasileiros, tomou o sentido genérico para designar algumas religiões — principalmente aquelas de tradição banto, modificadas pela influência Angola-Congo (PORDEUS JÚNIOR, 2000a, p.41).

relacionado. Essa interpretação, de caráter mais pragmático, aponta para a informação em si, sem discutir as possíveis motivações de sua emergência nos jornais — segundo Santos (2009, p. 23), apresentar uma interpretação a respeito da postura conservadora que poderia ser decisiva na hora e na forma de selecionar e publicar a notícia. Essa orientação metodológica permite estabelecer um cenário das atuações sociais de diferentes grupos, mantenedores dos jornais e protagonistas das disputas pela administração da “coisa pública”, por conseguinte dos diferentes cargos nas diversas esferas do governo. Assim, percebe-se como uma matéria podia estar vinculada a ideias frequentemente privilegiadas por um período e ser irrelevante para outro ou mesmo refutada. De acordo com as ideias do autor citado anteriormente, presentes em sua obra,

os jornais oferecem sinais que remetem a leitura mais profundas: a escolha do título da notícia, o que ela revela e silencia, tom indignado, irônico ou complacente, indicado a existência de certo pano de fundo, de experiências compartilhadas e disputadas num contexto social; percebidas no seu contexto, aos poucos se estabelece na leitura dos textos um clima de cumplicidade, indiferença ou rivalidade. O leitor é convidado a partilhar do posicionamento do escritor, que situa em contraposição o objeto das críticas do jornal. Os recursos utilizados são vários: o título, os destaques em letras maiúsculas ou em itálico, a repetição de termos, de maneira que ao final, o leitor e escritor possam se fundir numa só cumplicidade. Entretanto o convite pode ser aceito ou não. (SANTOS, 2009, p. 24)

Acredito que buscar nas linhas e entrelinhas histórias de indivíduos e grupos sociais, perseguidores e defensores dos perseguidos, tensões e estratégias de resistência, alianças e dissensões, é fundamental para notar o discurso elucidativo sobre o olhar dos letrados que criticavam todo e qualquer sinal que identificasse o cenário urbano como atraso. Como podemos perceber na matéria do jornal O Povo intitulada “*Coração de Boi, pontas de charutos e farofa: um despacho para o Sr. Macedo Soares*”, datada de 19 de novembro de 1935, em que o repórter explicita:

A Indústria de despachos toma vulto, máo grado o combate que vem fazendo a polícia contra os pais-de-santo. Foi descoberta uma macumba defronte do Senado, a qual continha corações de boi, pontas de charuto, cachaça e farofa. Segundo o Diário da Noite, o despacho era feito contra o Senador Macedo.

No discurso de alguns setores letrados, pobreza, ociosidade, incivilidade e criminalidade parecem corresponder a características populares. Desse modo, era necessário vigiar cuidadosamente o povo e, quando preciso, aplicar punições que levassem os indivíduos disciplina do trabalho, fazendo-os deixar de lado os vícios nos quais estavam imersos. Com a enérgica entrada em cena da polícia contra os terreiros, muitas casas foram silenciadas temporariamente. Todavia, os despachos ou oferendas tomaram conta da cidade, e a imprensa enfatizou outro argumento de relevância na campanha contra esses terreiros — a higiene e a limpeza pública. Dessa maneira, analisamos a resistência silenciosa dessas casas,

possibilitando demonstrar o imaginário da feitiçaria no qual a cidade estava imersa. Isso fica bem evidente em uma matéria datada de 8 de abril de 1934, intitulada A Macumba no Arraial Moura Brasil: onze pessoas presas num Catimbó — Falando com a proprietária da casa

O Arraial Moura Brasil está apresentando quasi todas as características de uma favela Carioca. Samba, bebedeiras, lutas, complicações e agora para completar a equivalência, surge, com toda a sua altivez pagã, a Macumba filha da ignorância e do desespero. A polícia daquele bairro proletário tivera conhecimento de que, na casa de D. Maria Holanda Alves, se realizava animado Catimbó, no qual tomavam parte inúmeras pessoas. Todos os guardas do destacamento do Arraial foram designados para fazer o cerco na casa indicada que está situada á rua Coqueirinho. Presos todos os presentes o fato foi comunicado á Delegacia Auxiliar que enviou ao local o Inspetor Catão, juntamente com o guarda 17, os quais transportaram os onze macumbeiros e seus objetos para essa repartição policial.

Um entendimento fundamental que emerge da leitura do jornal O Povo nas primeiras décadas do século XX é que o bem da civilização em que a cidade se encontrava dependia do extermínio das práticas culturais e religiosas de matriz africana. Os argumentos da imprensa local identificavam essas expressões e os indivíduos que lhe davam corpo com o que havia de mais atrasado na vida da cidade. Temos prova disso quando o referido repórter atribui, ao cotidiano do Arraial Moura Brasil, o samba como marco de depravação, agregando ações

como a bebedeira e lutas, depreciando as práticas culturais e atribuindo uma idéia pejorativa.

Essa concepção refletia a divulgação de teorias racistas que posicionavam o continente africano como o último na escala da evolução. É interessante notar que o jornal que frequentemente identificava as religiões de matriz africana como a degeneração da família, da sociedade e até mesmo da raça, representando-o como o lugar de bródios e orgias, também se refere a ele, como vimos, por meio da expressão “Macumba pagã”. A terminologia empregada sugere um caráter depreciativo, mesmo com o tom irônico que cerca a utilização do termo em destaque ao se referir às religiões de matriz africana como filhas da ignorância e do desespero. Segundo Santos (2009, p. 29), a notícia articula bem todos os argumentos da imprensa contra as práticas culturais e religiosas de matriz africana e seus partícipes, bem como em favor de suas ideias de civilização.

Na defesa da civilização, da tranquilidade, do trabalho e da moral das “famílias honestas”, a imprensa propugnava o combate à vadiagem e aos costumes dos “negros selvagens”. Nesse sentido, por fim, criminalizavam o que chamava de “negros desocupados” em suas “folias macabras”, tornando-os caso de polícia.

Especificamente em relação às religiões de matriz africana, assumiram relevo na campanha o argumento do exercício ilegal da medicina. A imprensa local classificava as práticas de mães e pais-de-santo como curandeirismo e, na maioria delas, como feitiçaria. Vemos isso claramente na continuação

da reportagem citada anteriormente, em que o repórter entrevista Maria de Holanda Alves, proprietária da casa onde se realizava o “Catimbó”:

Interrogada, respondeu-nos que estava realizando aquela “sessão” para curar uma sua amiga de idéias, Antônia Raimunda de Sousa, que há dias vinha sofrendo de dores nas pernas. Quando a doente dizia que estava sentindo melhoras, a polícia apareceu e prendeu todos. Um “descrente”, seu vizinho, foi quem dera parte a sub-delegacia do Arraial. — Com quem a senhora aprendeu a fazer “Macumba”? — Aventuramos a pergunta. — Eu aprendi, respondeu-nos Maria de Holanda, com Zé 18, morador nos Arpoadores, chefe da Macumba da zona e que jamais a polícia pode prender. — Que cantavam na hora em que foram surpreendidas pela polícia? — Nós tava cantando. “Quebra o côco, estabiruliruli. Quebra o côco, estabirulirulá”.

A campanha hostilizava os curandeiros em razão da terapêutica por eles utilizada no atendimento e cura dos mais diversos problemas físicos e materiais. Essa terapêutica era frequentemente identificada com feitiçarias e torturas que levavam pessoas ignorantes à morte. No relato de Maria de Holanda, a perseguição às práticas terapêuticas afro-cearenses era frequente, principalmente em relação ao sacerdote Zé 18, pois há muitos anos praticava suas sessões conseguindo fugir da perseguição policial.

No dia 18 de dezembro de 1936, o jornal O Povo continha em suas páginas a matéria intitulada “Uma Macumba no Pirambú”, com subtítulo “Com ‘Remédios’ e Rezas fortes,

‘Zé 18’ ‘curava’ doentes e destruía a Felicidade alheia”. Zé 18 tinha sido preso por suas práticas de cura e trabalhos espirituais. A matéria continha o subtítulo Santuário do Catimboseiro foi varejado pela Polícia — Penas de urubu, Punhal e Chifres de Boi — Retratos, Cartas e Bilhetes, que o repórter usava no decorrer do depoimento para depreciar a figura do sacerdote, bem como a descrição feita a seguir:

De quando em vez a polícia daqui está pondo a mão sobre catimboseiros que, por meio de baixo espiritismo vão surgestionando completamente um número a vultado de crenças, capazes de praticar toda sorte de males. Ainda hoje pela manhã quando a reportagem do O POVO passou pela Delegacia Auxiliar, notou um estranho movimento nesse departamento policial. Na sala daquela casa da Praça dos Voluntários foi encontrar uma infinidade de objetos excusos espalhados pelo chão e, próximo à mesa do inspetor, um caboclo, a prestar declarações. A Delegacia Auxiliar recebeu queixa, ontem de que na Praia do Boa Vista, um pouco além de Pirambú, funcionava de portas abertas, um dia e noite, um antro caboclo, sob a direção do “pai” Zé 18, em presença de quem chegavam diariamente vários indivíduos homens e mulheres, á procura de remédios para seus males.

Nas colunas da imprensa local fica clara a intenção dos jornalistas de desacreditar os processos terapêuticos alternativos praticados por sacerdotes e sacerdotisas que, aos olhos de alguns setores letrados, eram desqualificados. No estágio de civilização em que presumiam estar, a única medicina admitida era a dos doutores. Esta era apoiada pela lei e por se-

tores da imprensa que a julgavam científica e que tentavam estabelecê-la como a única possível. Por causa da perseguição, grande parte desses pais e mães-de-santo vivia em constantes mudanças de endereço e, por outro, era sua estratégia de resistência, procurando sempre um lugar mais seguro onde pudessem dispor de seus saberes terapêuticos e religiosos.

As religiões de matriz africana, em específico a Umbanda³, organizaram-se em padrões com o auxílio do Espiritismo, passando então a se mesclar com suas práticas, e a professar e defender publicamente essa “mistura”, com o objetivo de torná-la legitimamente aceita, com o status de uma nova religião.

Mesmo antes, porém, de adquirir um contorno mais definido, muitos elementos formadores da Umbanda já estavam presentes no universo religioso popular do fim do século XIX, sobretudo nas práticas bantós. Na cabula, por exemplo, como vimos o chefe de culto era chamado de embanda — possível origem do nome da religião que se formou pela ação desses líderes ou se confundiu com suas práticas. Cargos e elementos litúrgicos da cabula também preservaram-se na Umbanda, como o de cambone, auxiliar do chefe do culto, ou a enba (ou pemba), pó sagrado usado para “limpar” o

³ Umbanda é uma religião brasileira que tem origem na região Sudeste e foi obrigada a integrar sua cosmologia às contradições de classe, marcada pela urbanização e pela industrialização do País. Dentro do universo das religiões de matriz africana, a Umbanda é, sem dúvida, uma das mais praticadas em todo o Brasil, possuindo um rico panteão e uma visão de mundo fortemente marginalizada por conta da sua cultura e tradições. As práticas das religiões de matriz africana irão, pela Umbanda, se integrar à sociedade nascente. A África deixa de ser a forte inspiração sagrada, a terra-mãe: há então uma aposta na brasilidade, na nacionalidade. Essa religião congrega uma síntese do Espiritismo Kardescista francês, do Catolicismo popular e das religiões africanas e indígenas.

ambiente ritual dos rituais. Também na macumba o termo Umbanda designava o chefe do culto e uma de suas linhas mais fortes. Embora faltem dados para reconstituir as diferenças existentes entre as linhas da macumba, é possível supor que pela sua popularidade a linha da Umbanda tenha ganhado autonomia em relação às demais e passado a designar um culto à parte. [...] As origens afro-brasileiras da Umbanda retomam, assim ao culto às entidades africanas, aos caboclos (espíritos ameríndios), aos santos do catolicismo popular e finalmente, às outras entidades que a esse panteão foram sendo acrescentadas pela influência do kardecismo, como veremos adiante. (SILVA, 2005, p. 107)

Essa influência tornou-se ainda mais significativa, especialmente depois da reordenação por que passou o heterogêneo universo da macumba, codificado e reinterpretado sob inspiração da doutrina espírita. Essa foi uma necessidade emergente, pois, segundo o relato de Zé 18 (José Lembar de Taumary) no dia de sua prisão, “desde a idade de onze anos, isto é, em 1921, pois conta 26 anos, pratica curas por meio de orações. Aprendeu isso com uma feiticeira que não existe mais”. Isso nos mostra claramente que essas práticas religiosas estavam presentes em nossa sociedade, se moldando para resistir.

Referências

CANTUÁRIO, Maria Zelma de Araújo Madeira. A maternidade simbólica na religião afro-

brasileira: aspectos socioculturais da mãe-de-santo na Umbanda em Fortaleza. Tese de doutorado. Fortaleza, 2009.

GARCIA, Fátima. Bairros de Fortaleza: Arraial Moura Brasil. Fortaleza em Fotos & Fatos. Disponível em: <http://fortalezaemfotos.blogspot.com/2009/07/bairros-de-fortaleza-arraial-moura.html>, 2009. Acesso em: 13 dez. 2011.

ORTIZ, Renato. A morte branca do feiticeiro negro. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Edmar Ferreira. O poder dos candomblés : perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia / Edmar Ferreira Santos. — Salvador : EDUFBA, 2009. 209 p.

SILVA, Ana Célia. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos quarenta e cinquenta. In: Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, ano 25, v. 2, maio/jul. 2003.

TEÓFILO. Rodolfo Marcos. A fome: cenas da seca do Ceará, Fortaleza. G. R. Silva. 1890.